

1 Ata da reunião ordinária nº 1580 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 16 de julho de
5 2025.

6 No dia dezois de julho, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30,
7 na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de
8 Administração, sob a presidência da Reitora Profª Dra. Marta Regina
9 Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor Prof. Dr. Airton José
10 Petris e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João
11 Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel
12 Belinati Piccirillo, Andréia Name Colado Simão, Carrie Chueiri Ramos
13 Galvan, Inês Cristina de Batista Fonseca, Patrícia Mendes Pereira,
14 José Fernando Mangili Junior, Luyis Alberto Garcia de Freitas, Aurélio
15 Pereira, Suzana Mali, Luis Fernando Casarim, Ana Luisa Boavista
16 Cavalcante, Ana Márcia Tucci de Carvalho e Azenil Staviski.
17 Convidados: Angela Maria Sousa Lima, Iara Oliveira Secco, Roberto
18 Mantoani, Marina Menezes, Viviane Furtoso Alberto Duran Gonzales e
19 Lisiane Freitas de Freitas. **I. ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação**
20 **da ata da reunião nº 1577 de 25 de junho de 2025.** Aprovada com 12
21 (uma) abstenção, com alteração nas fls. 21, linhas 32 a 37. **2)**
22 **Discussão e votação da ata da reunião nº 1578 de 02 julho de 2025.**
23 Aprovada por unanimidade, com alteração nas fls. 29, linhas 11 a 21.
24 **3) Processo 23.889.856-0 - HU - deliberar acerca do Relatório de**
25 **Atividades do Hospital Universitário, referente ao ano de 2024**
26 **(Relatora: Enfa. Dra Iara de Oliveira Secco).** A Diretora
27 Superintendente do Hospital Universitário, Enfa. Iara Secco,
28 apresentou o relatório de atividades do HU referente ao ano de 2024,
29 que já havia sido apreciado pelo CEPE. Ela destacou que em 2024, o
30 HU disponibilizou 432 leitos e conseguiu manter a taxa de utilização. A
31 maternidade, em particular, teve sua capacidade total disponível, com
32 o número de leitos neonatais aumentado de 10 para 20, totalizando 88
33 leitos, atendendo apenas gestações de alto risco e seus bebês. Ela
34 mencionou casos de crianças internadas por até 90 dias e a
35 problemática de bebês com menos de 600 gramas, ressaltando a
36 importância da maternidade municipal para a região como uma chance
37 de vida para muitas pessoas. O relatório detalhou que o hospital possui
38 39 especialidades médicas e realizou 179.023 atendimentos em 2024,
39 incluindo 78.000 consultas de pronto-socorro e 20.542 internações,
40 com 19.052 altas. A taxa de ocupação é de 99,3%, e a média de
41 permanência de 6,8 dias, indicando um hospital frequentemente
42 superlotado. A taxa de mortalidade em relação a 2023 foi de 7%, que

1 reflete a gravidade dos casos atendidos, já que o HU é referência para
2 pacientes graves de toda a região norte do Paraná, contando com uma
3 equipe multidisciplinar de médicos, enfermeiros, farmacêuticos,
4 fisioterapeutas, nutricionistas, entre outros, que aplicam a mais alta
5 tecnologia e cuidado. Em 2024, foram realizados 24.860 partos, uma
6 média de 180 partos por mês para casos de risco. O número de
7 procedimentos cirúrgicos aumentou em 8,1%, o que tem ajudado a dar
8 vazão à fila de cirurgias represadas. No entanto, um dos problemas
9 para a redução das filas de espera é o pronto-socorro, pois 60% das
10 internações começam por lá. O HU é o maior notificador de pacientes
11 com morte encefálica no estado do Paraná, com 109 notificações,
12 possibilitando transplantes de órgãos como fígado e rins. O hospital
13 também é o único banco público de córneas no estado, com 280
14 doações de córneas em 2024 e 407 transplantes possíveis. Foram
15 realizados 32 transplantes de coração e 2,12 milhões de exames de
16 laboratório. A Prof.^a Lara informou que 52,9% dos pacientes procuram
17 o hospital diretamente pelo pronto-socorro, demonstrando a grande
18 importância do HU para uma vasta população. Ela mencionou a equipe
19 de 1.354 profissionais (docentes e estatutários) e 1.389 servidores
20 terceirizados, que representam 50% da capacidade produtiva, e que a
21 instituição busca eficiência e melhoria dos resultados, mesmo diante
22 das limitações. A Reitora, Prof.^a Marta Favaro, ressaltou a importância
23 fundamental do Hospital Universitário e o trabalho que está sendo feito,
24 dada a sua complexidade de atendimento. Ela expressou orgulho pelo
25 trabalho da equipe e agradeceu à Lara por assumir a liderança desse
26 time, destacando que o HU é um espaço importantíssimo para a
27 formação dos profissionais de saúde da universidade e para o
28 atendimento da população. Ela enfatizou a necessidade de ter
29 conhecimento dos números para defender esses espaços. A Prof.^a
30 Andréa Name, Diretora do Centro de Ciências da Saúde, expressou o
31 prazer de trabalhar com a Lara, descrevendo a jornada como prazerosa
32 e de muito aprendizado. Ela mencionou os 480.000 atendimentos
33 realizados, destacando que cerca de 80% deles são feitos por docentes
34 fora do horário de plantão. Ela também enfatizou a honra do HU em
35 participar de transplantes há cerca de 30 anos, o que contribui para
36 colocar o Paraná entre os maiores estados em número de transplantes.
37 Destacou a otimização e melhora crescente no atendimento aos alunos
38 e professores no HU, permitindo o desenvolvimento de trabalhos e
39 estágios, e reafirmou o orgulho do CCS em ter o HU como órgão
40 suplementar, atendendo a quase todos os cursos do centro. O Prof.
41 Miguel Piccirillo relatou uma reportagem emocionante que ele ouviu,
42 sobre os pais de uma criança que faleceu após ser picada por um

1 escorpião. A criança foi atendida em três hospitais e, ao final, os pais
2 agradeceram o Hospital Universitário pelo empenho e pelo tratamento
3 humanizado, exibindo uma cartinha feita pela médica com o pezinho e
4 a mãozinha da criança. Ele parabenizou o trabalho e o esforço do HU,
5 apesar das dificuldades, reconhecendo a importância desse cuidado
6 humanizado mesmo diante de números expressivos. Aurélio Pereira
7 elogiou o impacto dos números do HU, que demonstram a importância
8 do investimento público em saúde, não só para Londrina, mas para todo
9 o estado do Paraná e estados vizinhos. Ele parabenizou a Iara e toda
10 a equipe pela excelência do trabalho. No entanto, ele fez uma ressalva
11 em relação ao relatório anterior, sugerindo que as fotos deveriam ser
12 mais diversificadas e menos focadas em "personificação das pessoas",
13 para que o relatório não pareça uma peça de publicidade e esteja
14 alinhado com os princípios da moralidade e impessoalidade na gestão
15 de recursos públicos. Prof. Alan Salvany Felinto parabenizou o relatório
16 e os números impressionantes, que realmente fazem a diferença na
17 região. Ele observou o grande crescimento dos atendimentos de 2023
18 para 2024, questionando o que teria motivado esse aumento. Ele
19 ponderou se foi devido à disponibilização de mais leitos ou à introdução
20 de novos serviços como o ambulatório de saúde do trânsito,
21 ambulatório de doenças raras, ambulatório de biometria e cuidados
22 clínicos paliativos. Ele ficou curioso sobre como a qualidade do
23 atendimento foi mantida com o aumento da demanda. Em resposta Iara
24 Secco explicou que em 2023 ainda havia resquícios da pandemia, com
25 muitos pacientes graves e longos períodos de internação. Ela
26 esclareceu que a maternidade foi preparada e reformada por vários
27 meses, sendo inaugurada em novembro de 2023, com 88 leitos
28 disponíveis, o que contribuiu significativamente para a capacidade e
29 referência em 2024. Profª Patrícia Mendes compartilhou um relato
30 pessoal de um caso gravíssimo envolvendo o pai de sua funcionária,
31 que foi atendido no HU. Ela disse que a funcionária ficou encantada
32 com o atendimento, apesar da sobrecarga de serviço e dos pacientes
33 esperando nos corredores. Patrícia chegou a sugerir que a funcionária
34 procurasse a ouvidoria para registrar o elogio, pois a ouvidoria também
35 serve para receber coisas boas. Prof. Fernando Mangilli parabenizou a
36 consistência do relatório e os números impressionantes. Ele fez uma
37 reflexão, dizendo que sempre questiona o que aconteceria na região se
38 o hospital fechasse as portas, e qual seria o custo evitado para os
39 municípios da região. Ele afirmou que a grandeza do hospital é medida
40 principalmente pelos números. Em um agradecimento pessoal, ele
41 relatou que sua mãe foi atendida no HU no ano passado após um AVC
42 e recebeu um atendimento "primoroso", sem sequelas, mesmo sem sua

1 identidade como engenheiro ser inicialmente conhecida. Ele finalizou
2 destacando que o hospital contribui não só com pacientes, mas com
3 inovação e pesquisa. Ele expressou seu reconhecimento e gratidão,
4 afirmando que o HU é um patrimônio da universidade, da comunidade
5 e da região. Ele se emocionou ao lembrar a frase na primeira refeição
6 de sua mãe no hospital: "Desejamos que o seu dia hoje seja melhor
7 que o de ontem", e constatou que todas as marmitas tinham frases
8 similares, evidenciando o cuidado humanizado que faz toda a
9 diferença. Não havendo mais manifestações, a Reitora colocou em
10 regime de votação e o Relatório de Atividades do Hospital Universitário,
11 referente ao ano de 2024, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo**
12 **24.217.720-7 - ARI - deliberar acerca da solicitação de parceria, por**
13 **meio de Carta de Intenções a ser firmada entre a Universidade**
14 **Estadual de Londrina e o Colégio Doutoral Tordesilhas (CDT) em**
15 **Linguagens, Sociedades e Culturas (Relatora: Profª Dra. Viviane**
16 **Furtoso).** Profª Viviane informou tratar-se de Carta de Intenções que
17 visa a ser firmada a fim de viabilizar a adesão da UEL ao Colégio
18 Doutoral Tordesilhas em Linguagens, Sociedades e Culturas (CDT-
19 LSC). O interesse em aderir formalmente ao CDT-LSC partiu do
20 Programa de Pós- Graduação em Letras (PPGL/UEL), na pessoa do
21 Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes e da coordenadora do
22 referido programa, Bárbara Cristina Marques. O CDT-LSC foi
23 originalmente instituído pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
24 (Brasil), pela Universidade do Minho (Portugal) e pela Universidade de
25 Salamanca (Espanha), cujo Acordo de Criação da Rede consta no
26 presente processo. Posteriormente, aderiram a ele mais 8 instituições
27 de Portugal, Espanha, Brasil e Timor-Leste. Neste sentido, a
28 participação do PPGL neste Colégio possibilitará que o programa
29 desenvolva atividades acadêmicas integradas com as outras
30 instituições-membro, como coorientação de teses, produção
31 acadêmica conjunta, promoção de eventos integrados, entre outras
32 possibilidades que poderão inseri-lo num cenário internacional de
33 relevância para a sua área. A adesão não implicará custos financeiros
34 para a universidade, uma vez que tal adesão não pressupõe a adesão
35 automática ao Grupo Tordesilhas, conforme declarado pela
36 coordenação do PPGL à folha 24 do presente processo. Por fim, para
37 fins de adesão ao CDT-LSC, faz-se necessário encaminhar Carta de
38 Intenções firmada pela coordenação do PPG, pelo docente
39 representante do programa junto ao CDT e pela Reitora da instituição.
40 A Profª Laura Brandini, reforçou a importância do acordo para o PPGL,
41 pois ele proporciona a internacionalização do programa com
42 universidades da Espanha, Portugal e Timor Leste. Ela enfatizou que a

1 parceria com instituições de língua portuguesa e espanhola é
2 extremamente relevante, pois ajuda a maioria dos alunos que não falam
3 outros idiomas estrangeiros, superando uma barreira comum para a
4 internacionalização. Colocada em regime de votação, a Carta de
5 Intenções a ser firmada entre a Universidade Estadual de Londrina e o
6 Colégio Doutoral Tordesilhas (CDT) em Linguagens, Sociedades e
7 Culturas, foi aprovada por unanimidade. A Reitora agradeceu a Prof.^a
8 Viviane por representar a Universidade Estadual de Londrina em uma
9 missão da ABRUEM na Nova Zelândia. Ela destacou o trabalho de
10 articulação da ARI com a PROPPG, PROGRAD e PROEX, para
11 mapear as vinculações de professores com instituições internacionais.
12 Esse planejamento estratégico potencializa a internacionalização da
13 universidade, beneficiando professores e estudantes da UEL e das
14 instituições parceiras. **5) Processo 23.918.448-0 - AINTEC - deliberar**
15 **acerca do Termo de Rescisão de Contrato de licenciamento para**
16 **exploração de criação consubstanciada em pedido de patente que**
17 **entre si celebram a UEL e a LONDRILAB Comércio de Produtos**
18 **Microbiológicos LTDA - EPP (Relatores: Prof. Dr. Edson Miura e**
19 **Marinno Arthur). Compareceu para relatar o processo, Marina**
20 **Menezes.** Ela explicou que o processo se refere a um contrato
21 celebrado em 2016, envolvendo duas patentes para a detecção rápida
22 de formaldeído no leite. Este foi o primeiro licenciamento de patente da
23 AINTEC. A Londrilab, a empresa original, procurou a UEL para rescindir
24 o contrato, pois deseja relançar o produto por meio de outra empresa
25 do mesmo grupo, a Labest, que possui características diferentes. A
26 Marina informou que a Procuradoria Jurídica foi consultada e concluiu
27 que o sublicenciamento do objeto integral da patente deveria ser
28 vedado. Portanto, a opção foi fazer a rescisão para, em seguida, um
29 novo licenciamento ser feito por meio de oferta pública, permitindo que
30 a Labest possa participar de forma regular. O Prof. Fernando Mangili
31 buscou um esclarecimento sobre se, com a rescisão, a Londrilab e suas
32 subsidiárias perderiam imediatamente o direito de comercializar ou
33 utilizar a patente. Ele expressou preocupação sobre como a UEL
34 monitoraria o uso indevido da tecnologia por parte da Londrilab ou de
35 suas subsidiárias, para evitar concorrência desleal quando uma nova
36 oferta pública fosse lançada. Prof^a Tania Muniz esclareceu que a
37 tecnologia foi desenvolvida por meio de um acordo de cooperação com
38 a Londrilab, o que lhes confere prioridade legislativa na oferta. No
39 entanto, como a intenção é passar para a Labest, que possui um CNPJ
40 e personalidade jurídica diferentes, a Londrilab perderia essa
41 prioridade, justificando a oferta pública. Foi reiterado que, embora não
42 seja possível um controle direto, a UEL pode detectar o uso indevido

1 da tecnologia e, se demonstrado que uma eventual alteração não
2 configura uma nova tecnologia, a universidade poderá utilizar
3 mecanismos jurídicos e judiciais para reaver a situação ou cobrar pelo
4 uso indevido. A expectativa é que as partes ajam de boa-fé e a rescisão
5 é um passo necessário para que a UEL possa lançar a oferta, pois o
6 contrato atual de exclusividade impede novas ofertas. Colocado em
7 regime de votação, o Termo de Rescisão de Contrato de licenciamento
8 para exploração de criação consubstanciada em pedido de patente que
9 entre si celebram a UEL e a LONDRILAB Comércio de Produtos
10 Microbiológicos LTDA – EPP, foi aprovado por unanimidade. **6)**
11 **Processo 23.978.567-0 - ARI - deliberar acerca do Acordo de**
12 **Cooperação Técnico-Científica e Inovação Tecnológica, que entre**
13 **si celebram a UEL, a FAUEL e a Hélder Cano Hair Studio Ltda, no**
14 **âmbito do Programa MAI/DAI (Mestrado e Doutorado Acadêmico**
15 **para Inovação) – CNPq/CAPES (Relatores: Prof. Dr. Edson Miura e**
16 **Marinno Arthur).** Marina informou tratar-se de solicitação de análise
17 de acordo de cooperação técnico-científica e de inovação tecnológica
18 entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a empresa
19 HÉLDER CANO HAIR STUDIO, voltada à execução do projeto
20 “Desenvolvimento de formulações cosméticas capilares com bioativos
21 naturais para o tratamento de dermatite seborreica”, coordenado pela
22 Profa. Dra. Audrey Alesandra Stingenhen Garcia Lonni. A parceria é
23 estratégica, tanto para a UEL, que consolida sua atuação no setor
24 cosmecêutico com geração de conhecimento e potencial propriedade
25 intelectual, quanto para a empresa cooperadora, que amplia sua
26 capacidade de inovação e desenvolvimento de novos produtos
27 capilares com base científica sólida. A atuação da UEL se dará por meio
28 dos Laboratórios LABITEC, CEPPOS, LaMic e LBBA, com suporte da
29 AINTEC enquanto Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), nos termos
30 da Lei Estadual nº 20.541/2021. A equipe da UEL contará com
31 docentes e pesquisadores de diversas áreas, com experiência em
32 formulação cosmética, microbiologia e inovação. Essa ação incluiria
33 testes laboratoriais, desenvolvimento de novos ingredientes, avaliações
34 de eficácia e segurança, e até mesmo a realização de pesquisas sobre
35 as necessidades de higiene e cuidados específicos para diferentes
36 tipos de animais. Esses projetos poderiam não apenas gerar novos
37 produtos, mas também fortalecer a credibilidade científica dos
38 cosméticos desenvolvidos. Prof^a Inês Fonseca perguntou se a pessoa
39 que desenvolverá o projeto estaria vinculada a um programa de pós-
40 graduação da UEL. A Marina confirmou que sim, a vinculação é feita a
41 um programa de pós-graduação, como o de Ciências Farmacêuticas,
42 ao qual a Professora Aldrey está ligada. Colocado em regime de

1 votação, o Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Inovação
2 Tecnológica, que entre si celebram a UEL, a FAUEL e a Hélder Cano
3 Hair Studio Ltda, no âmbito do Programa MAI/DAI (Mestrado e
4 Doutorado Acadêmico para Inovação) – CNPq/CAPES, foi aprovado
5 por unanimidade. **7) Processo 24.254.567-2 - COPS - deliberar**
6 **acerca do pedido do DEPPEN Londrina de isenção do preço**
7 **público de inscrição do Vestibular para 407 pessoas, distribuídas**
8 **nas Unidades Penais (Relatora: Profª Dra. Sandra Garcia).**
9 Compareceu para relatar o processo, Roberto Mantoani. Ele
10 apresentou a solicitação do DEPPEN Londrina para o vestibular de 2026
11 e explicou que a COPS fez reuniões com o Diretor Geral do DEPPEN
12 Londrina, Dr. Élcio Martins Basdão, para solicitar melhores condições e
13 garantias de segurança para a equipe da UEL que aplica as provas nas
14 sete unidades prisionais. Essas equipes precisam de um perfil
15 específico e segurança reforçada, pois ficam nos ambientes prisionais
16 a partir do meio-dia, com horários de prova alinhados aos demais locais
17 de exame. Roberto informou que foram feitas visitas *in loco* em todas
18 as unidades, e houve melhorias significativas nos ambientes das salas
19 de prova, com a criação de novas salas seguras e com câmeras de
20 segurança. Além disso, foi solicitado e atendido o pedido de mais
21 segurança da polícia penal durante a aplicação das provas. O
22 memorando de entendimento entre as partes estabelece que a
23 universidade receberá papel e canetas em contrapartida. Roberto
24 destacou que o número de pedidos de isenção para 2026 (407)
25 representa uma redução significativa em relação a 2024 (650 pedidos),
26 refletindo o trabalho da COPS em redimensionar a demanda com o
27 DEPPEN. A parceria com o DEPPEN existe desde 2014, quando começou
28 com uma unidade e hoje abrange sete. Ele ressaltou que este programa
29 é um exemplo de inclusão social que a universidade tem promovido. A
30 Reitora, Prof.ª Marta Favaro, reforçou que o programa é extremamente
31 importante para a universidade e, fundamentalmente, para aqueles que
32 podem frequentar os cursos da UEL após a aprovação. Ela confirmou
33 que foram realizadas várias reuniões com a equipe da COPS, do
34 gabinete e com o juiz responsável pelo sistema prisional, e que as
35 demandas da COPS foram compreendidas, resultando no
36 redimensionamento do número de inscritos que poderiam ser atendidos
37 com segurança. Ela também reiterou que a solicitação de isenção para
38 407 pessoas nas sete unidades do DEPPEN será apreciada pelo
39 Conselho de Administração, e que a redução em relação aos anos
40 anteriores é um resultado positivo. A Conselheira Laura Brandini
41 parabenizou as medidas tomadas pela reitoria e pela equipe da COPS
42 para garantir a segurança dos profissionais envolvidos. Ela destacou a

1 longevidade e importância da parceria, que reforça o papel social da
2 universidade na ressocialização e inclusão social. Laura informou que
3 a universidade recebeu uma reportagem de agradecimento por uma
4 ação social do Centro de Letras e Ciências Humanas, que doou 384
5 livros para o projeto de remissão de pena pela leitura. Aurélio Pereira
6 fez algumas considerações financeiras. Ele calculou que o valor bruto
7 das isenções (R\$ 181 por inscrição para 407 pessoas) seria em torno
8 de R\$ 73.000,00, enquanto a contrapartida do DEPEN (25.000 folhas e
9 canetas) seria de aproximadamente R\$ 3.000,00, resultando em uma
10 renúncia de cerca de R\$ 70.000,00 pela UEL. Ele lembrou que, para os
11 apenados, a aprovação no vestibular pode levar à remissão de pena,
12 embora não garanta a liberação para frequentar o curso
13 presencialmente, dependendo da avaliação judicial. Aurélio sugeriu que
14 a Secretaria de Justiça, com seus recursos, deveria arcar com esses
15 custos, pois é o próprio sistema penitenciário o maior interessado na
16 ressocialização. A Reitora explicou que a universidade já havia
17 solicitado outras formas de colaboração financeira ao sistema prisional,
18 mas não foi possível encontrar um caminho para a liberação de
19 recursos. Ela informou que muitos apenados e suas famílias não têm
20 condições financeiras para pagar a taxa de inscrição e não possuem
21 cadastro no NIS para pleitear isenção socioeconômica. Roberto
22 complementou dizendo que o custo das isenções já está calculado no
23 orçamento do vestibular, sem prejuízo para outros candidatos ou para
24 a instituição, e que a redução no número de pedidos para 2026 significa
25 um custo menor do que o previsto inicialmente. O Conselheiro
26 Fernando Mangilli reiterou que a justiça brasileira tem fundos que
27 poderiam cobrir o custo das isenções, e que a universidade deveria
28 continuar insistindo para que a justiça arque com essa despesa. Ele
29 então levantou uma questão social, baseada nos números de formados
30 do programa: ele observou que o número de formados é insignificante
31 em comparação com o número de aprovados e sugeriu uma análise
32 mais aprofundada sobre as causas dessa baixa taxa de conclusão, para
33 melhorar a eficácia do processo interno ou questionar a necessidade
34 de solicitar tantas vagas se poucos se formam. A Reitora esclareceu
35 que o baixo percentual de formados não é exclusividade dos
36 estudantes do sistema prisional, e que esse problema também se
37 verifica em alguns cursos de graduação regulares da UEL. Ela informou
38 que a universidade está trabalhando amplamente com todos os centros
39 de estudos, PROGRAD e PROPLAN para discutir as condições de
40 evasão e permanência nos cursos. Enfatizou que os apenados que
41 passam no vestibular não tiram a vaga de ninguém, pois a conquistam
42 como qualquer outro aluno. Ela também argumentou que não se pode

1 aplicar a estes estudantes a mesma compreensão dos demais, dada a
2 sua condição de vida diferenciada, incluindo situações disciplinares que
3 podem levar à suspensão do curso. Ela defendeu a importância da
4 universidade na transformação da vida desses sujeitos e de suas
5 famílias, mesmo que não se formem. Prof^a Inês Fonseca expressou sua
6 preocupação com a taxa de formação "muito baixa" dos apenados.
7 Questionou se alguns não estariam usando a oportunidade apenas
8 para reduzir a pena, "tirando o lugar de uma pessoa que realmente
9 queria estar aqui". Ela defendeu que, embora os apenados tenham uma
10 super oportunidade e redução de pena, deveria haver uma "certa
11 cobrança por entrega de formação" para evitar que a pessoa
12 permaneça por 10 anos no primeiro ano apenas para reduzir a pena. A
13 Prof.^a Maria Elisa Cestari, Presidente da comissão de
14 acompanhamento de apenados, esclareceu que essa comissão possui
15 membros de todos os cursos com estudantes apenados e mantém uma
16 ligação intensa com o sistema penal. Ela afirmou que a situação de
17 apenados usando a universidade apenas para redução de pena não
18 tem ocorrido de fato. Ela explicou que os estudantes apenados são
19 dedicados e gratos, mas muitas vezes param de estudar por motivos
20 diversos, especialmente quando ganham a liberdade e enfrentam
21 dificuldades sociais, como precisar trabalhar ou ser de outros
22 municípios. Ela convidou os conselheiros a visitarem o sistema penal
23 para entenderem a realidade dos estudantes, incluindo as dificuldades
24 de acesso a computadores e materiais de estudo. Prof.^a Tânia Muniz
25 complementou que, embora seja salutar levantar dados para melhorar
26 o aproveitamento e a formação dos apenados, é preciso considerar a
27 lógica específica da situação desses candidatos, que é muito diferente
28 dos demais. Ela destacou as dificuldades impostas pela condição de
29 apenado na autorização e desenvolvimento das atividades. A soltura,
30 por exemplo, muitas vezes cria um novo problema, pois o estudante
31 pode não ter condições de permanência em Londrina. Ela defendeu
32 que é direito do apenado estudar e buscar sua formação, e também ter
33 a redução de pena por atividades educacionais ou profissionais. Ela
34 enfatizou que a análise dos apenados deve ser feita sob uma lógica
35 própria, que considera suas condições e a relação que se estabelece,
36 sem se misturar com as demais problemáticas da universidade. Prof.
37 Azenil Staviski trouxe um esclarecimento do ponto de vista financeiro.
38 Ele explicou que o órgão gestor máximo é a Secretaria de Segurança
39 Pública e que uma resolução da Secretaria de Estado proíbe qualquer
40 trâmite financeiro entre secretarias. Assim, se o DEPPEN estivesse
41 habilitado a pagar as inscrições, o recurso não viria para a UEL, mas
42 seria recolhido pela Fazenda Pública do Estado, resultando em uma

1 queda do orçamento da secretaria pagadora, mas sem benefício direto
2 para a universidade. Prof.^a Angela Maria Sousa Lima, Diretora do
3 SEBEC, contribuiu com dados importantes sobre a seleção
4 socioeconômica para isenção e desconto na taxa do vestibular. Ela
5 destacou a dificuldade que pessoas em situação de privação de
6 liberdade têm em comprovar critérios como ter feito os anos finais do
7 ensino fundamental em escola pública, devido à complexidade da
8 documentação. Angela ressaltou que a UEL não está "abrindo mão de
9 receber dinheiro", pois essas pessoas provavelmente não fariam a
10 inscrição com o valor da taxa, ou seja, elas não estariam pleiteando
11 esse direito humano ao ensino superior sem a isenção. Ela apresentou
12 dados que mostram um aumento expressivo no número de inscritos na
13 seleção socioeconômica do SEBEC por meio do NIS, de 247 pessoas
14 em 2023 para 1.516 em 2026 e pelo NIS, de 586 em 2017 para 2.039
15 em 2025. Esses dados indicam que a maioria dos pleiteantes está em
16 situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ela informou que a UEL
17 está levantando dados sobre quantas pessoas em situação de privação
18 de liberdade conseguiram isenção por essas vias e que o trabalho
19 conjunto da universidade tem aprimorado esta ação afirmativa. Prof.
20 Alan Salvany Felinto observou a diminuição no número de solicitações
21 de isenção: 551 em 2025, 650 em 2024 e 407 em 2026. Ele questionou
22 o limite de isenções que a UEL pode conceder, considerando os custos
23 do vestibular e se as isenções são custeadas pelos que pagam.
24 Roberto esclareceu que os custos das isenções já estão embutidos no
25 orçamento do vestibular e foram aprovados nos conselhos, não
26 havendo prejuízo para a universidade ou para outros candidatos. Ele
27 reforçou que os números são totalmente plausíveis para o vestibular de
28 2026. Colocado em regime de votação, o pedido do DEPPEN de
29 isenção do preço público de inscrição do Vestibular para 407 pessoas,
30 distribuídas nas Unidades Penais, foi aprovado com 1 (um) voto
31 contrário e 1 (uma) abstenção. **8) Processo 24.111.111-3 - EAAJ -**
32 **deliberar acerca do Relatório de Atividades do Escritório de**
33 **Aplicação de Assuntos Jurídicos – EAAJ, referente ao ano de 2024**
34 **(Relatora: Prof^a Dra. Marcia Teshima).** A Diretora do Escritório de
35 Aplicação de Assuntos Jurídicos, Prof.^a Márcia Teshima, apresentou o
36 relatório, destacando que o EAAJ é um Órgão Suplementar com 52
37 anos de existência, vinculado administrativamente à Vice-Reitoria e
38 academicamente ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). O
39 EAAJ é campo de estágio obrigatório para alunos do quarto e quinto
40 ano do curso de Direito. Em 2024, o EAAJ encerrou as atividades de
41 2023 com 438 alunos e iniciou 2024 com 457 estagiários,
42 supervisionados por 19 professores advogados, e apoiados por nove

1 servidores e sete bolsistas. Os números apresentados pela Prof.^a
2 Márcia revelam a grande demanda e o volume de trabalho do EAAJ:
3 2.194 casos novos, 2.435 casos encerrados, 1.680 ações ajuizadas,
4 1.047 audiências realizadas (além de 18 viagens judiciais) e quase
5 9.000 atendimentos, com mais de 3.000 atendimentos por triagens na
6 área cível, que é a de maior demanda (1.622 processos em
7 andamento), superando a área de família (1.477 processos). Ela
8 destacou que essa tendência de aumento na área cível vem desde
9 2023. A diretora ressaltou a importância de dois projetos institucionais
10 que funcionam continuamente dentro do EAAJ - o Projeto Maria da
11 Penha – Resgate da Dignidade da Mulher na Violência Doméstica
12 (NUMAPE) e o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e
13 Juventude (NEDDIJ), que juntos realizaram mais de 18.000
14 atendimentos jurídicos, cerca de 100 atendimentos psicológicos e
15 quase 2.400 audiências. Esses núcleos absorveram uma parte
16 significativa da demanda que antes era conduzida exclusivamente pelo
17 órgão suplementar, tendo um papel essencial na formação prática dos
18 alunos e na prestação de serviços à comunidade. O EAAJ também
19 participou do projeto "Justiça nos Bairros", organizado pelo Tribunal de
20 Justiça do Estado do Paraná, e do funcionamento do Núcleo de
21 Resolução Pacífica de Conflitos, em parceria com o CJUSP do TJ
22 Paraná. Prof.^a Márcia abordou os desafios, mencionando a alta
23 rotatividade de docentes temporários e a eminente aposentadoria de
24 servidores técnico-administrativos, o que impacta diretamente a
25 continuidade e qualidade das atividades. Ela enfatizou a urgência da
26 contratação de pessoal efetivo para manter o atendimento à população
27 e o estágio obrigatório dos alunos de Direito. Para 2025, duas frentes
28 importantes são a construção da sede própria do EAJ no campus
29 universitário (cujos projetos complementares aguardam finalização) e a
30 aprovação completa do regimento interno, com a criação de cargos de
31 chefia para descentralização administrativa. Ela encerrou a
32 apresentação reafirmando o compromisso do EAAJ com a formação
33 jurídica de qualidade e o atendimento à população, sempre articulado
34 com o ensino, extensão e compromisso social da universidade. A
35 Reitora enfatizou o papel fundamental do EAAJ e o grande número de
36 atendimentos que o escritório presta à população, que de outra forma
37 não teria acesso à assistência jurídica. Ela parabenizou o trabalho
38 realizado e mencionou que algumas das questões apontadas pela
39 Professora Márcia, como a abertura de novas funções e cargos,
40 extrapolam a capacidade de ação da universidade, pois dependem da
41 aprovação do Estado, que já negou essa solicitação. Em relação à sede
42 própria do EAAJ, ela confirmou que a UEL obteve aprovação de

1 recursos da Fazenda para este projeto e que a finalização dos projetos
2 para licitação está em andamento, juntamente com outros três grandes
3 projetos da universidade (usinas fotovoltaicas, BBTEC e Ginásio João
4 Santana). Prof^a Inês Fonseca levantou uma dúvida sobre a estrutura
5 acadêmica, questionando por que não existe uma substituição de 20
6 horas para a direção do EAAJ, como ocorre em outros cargos de
7 direção da universidade. A Reitora explicou que a substituição existe,
8 mas a decisão de seu uso é do chefe do Departamento de Direito
9 Privado, que optou por mantê-la no campus, não no EAAJ. Ela sugeriu
10 que essa é uma questão administrativa do centro que pode ser
11 reorganizada internamente, possivelmente com a recomposição de
12 vagas que deve ocorrer no CESA. Prof. Miguel parabenizou a Prof.^a
13 Márcia pelo trabalho organizado e pelas importantes mudanças no
14 EAAJ. Ele exemplificou a complexidade do trabalho ao calcular que as
15 1.047 audiências realizadas por 19 professores significam cerca de 55
16 audiências por professor, cada uma podendo durar horas e exigir
17 estrutura para audiências remotas. Ele também destacou os quase
18 3.000 novos casos que geraram processos judiciais, que podem se
19 arrastar por anos, evidenciando a grandeza e complexidade do
20 atendimento prestado pelo EAAJ. Prof.^a Tânia Muniz, comparou a
21 grandeza do EAAJ à do Hospital Universitário, afirmando que ambos
22 lidam com a vida das pessoas. Ela destacou que o EAAJ trabalha com
23 a ideia do "direito de acesso à justiça", considerado o "direito dos
24 direitos", pois resguarda outros direitos fundamentais. Ela afirmou que
25 o EAAJ, na prática, faz o trabalho da Defensoria Pública, que foi uma
26 das últimas a ser criada no Paraná, justamente porque outros
27 escritórios universitários, como o da UEL, já realizavam grande parte
28 desse trabalho. Ela enfatizou a singularidade do EAAJ no Brasil, onde
29 os alunos são efetivamente treinados na prática em diversas etapas do
30 processo, desde a fase inicial até a execução, proporcionando uma
31 vivência essencial para a prática forense. Ela mencionou a importância
32 dos projetos adicionais instalados no EAAJ e a necessidade de espaço
33 para expandir o atendimento, reforçando a relevância da nova sede
34 própria. Por fim, elogiou a organização da direção do EAAJ e expressou
35 orgulho pelo escritório como órgão da universidade e como campo de
36 estágio que promove o acesso à justiça. Prof^a Inês Fonseca reforçou
37 sua preocupação com a situação do CESA, que considera o centro
38 mais prejudicado em termos de distribuição de vagas, resultando em
39 cargas horárias muito altas para os professores. Ela reiterou o pedido
40 de verificar a possibilidade de um remanejamento de vagas para aliviar
41 o trabalho da diretora do EAAJ, Prof.^a Márcia, que acumula funções
42 administrativas e acadêmicas. A Reitora reiterou que a UEL está

1 trabalhando na recomposição das vagas e na redistribuição para os
2 centros, incluindo o CESA, que será priorizado. Ela explicou que a
3 equipe responsável está focada no concurso público e que, após o
4 mapeamento, as propostas de redistribuição serão apresentadas ao
5 conselho. Ela se comprometeu a verificar com o RH as possibilidades
6 de um ajuste mais imediato para a direção do EAAJ. Prof.^a Andréia
7 Name parabenizou a Prof.^a Márcia, comparando a dificuldade de
8 manter professores em Direito com a de Medicina, e reconhecendo a
9 rotatividade de docentes temporários como um grande desafio para a
10 gestão e a prestação de serviços. Ela elogiou a gestão da Prof.^a Márcia,
11 que mesmo com essas dificuldades, mantém a qualidade e citou o
12 exemplo de um sobrinho que teve uma formação excelente no EAAJ,
13 reforçando a diferença que um órgão suplementar como o EAAJ faz no
14 processo acadêmico dos alunos. Ela informou que o CCS já entregou
15 360 horas e mais 20 horas adicionais, totalizando 380 horas e explicou
16 que, quando um docente do CCS com regime de 20 horas se aposenta,
17 retornam 40 horas, e o centro devolve 20. Com as aposentadorias
18 recentes, mais 80 horas foram disponibilizadas e sugeriu que o EAAJ
19 demandasse mais apoio. Colocado em regime de votação, o relatório
20 de atividades do EAAJ referente ao ano de 2024, foi aprovado por
21 unanimidade. **9) Processo 23.897.075-0 - EAAJ - deliberar acerca do**
22 **Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Ministério**
23 **Público do Estado do Paraná e o Escritório de Aplicação de**
24 **Assuntos Jurídicos da UEL - EAAJ, que tem como objetivo o**
25 **atendimento jurídico da população do município de Londrina que**
26 **necessite do uso de medicamentos não fornecidos pelo Sistema**
27 **Único de Saúde (SUS) (Relatora: Profa. Dra. Márcia Teshima).).** A
28 Diretora do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, Prof.^a Márcia
29 Teshima explicou que a iniciativa surgiu de uma solicitação da 24^a
30 Promotoria de Justiça da Comarca de Londrina, especializada em
31 saúde pública, devido ao aumento expressivo da judicialização de
32 demandas relacionadas ao fornecimento de medicamentos não
33 incorporados ao SUS. Essas demandas, por envolverem direitos
34 individuais indisponíveis, exigem pronta atuação e assessoria jurídica
35 contínua, algo que o Ministério Público e a Defensoria Pública, bem
36 como outros núcleos jurídicos da cidade, não conseguem suprir devido
37 à limitação de recursos humanos. O Termo de Cooperação prevê a
38 atuação conjunta entre o MP-PR e o EAAJ na triagem, recepção e
39 judicialização das ações de medicamentos de alto custo, conforme os
40 critérios do Tema do Supremo Tribunal Federal. O atendimento inicial
41 é feito pela Central de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público,
42 que realiza a triagem e análise documental. Os casos validados são

1 encaminhados ao EAAJ para ajuizamento da ação e acompanhamento
2 integral dos processos, com suporte técnico-pedagógico de docentes e
3 estagiários do curso de Direito. A Prof.^a Márcia destacou que esse
4 convênio consolida uma prática já em curso desde o segundo semestre
5 de 2024, período em que o EAAJ já recebeu e ajuizou 35 casos em
6 Justiça Federal e Varas da Fazenda Pública da Justiça Comum. Ela
7 reiterou que este trabalho se insere na missão institucional do EAAJ de
8 prestar assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente e
9 promover o ensino prático e a formação cidadã dos estudantes de
10 Direito. O instrumento de cooperação passou por todas as aprovações
11 internas e pela procuradoria jurídica, com os ajustes formais
12 incorporados. Não haverá repasse financeiro entre as instituições,
13 apenas cooperação mútua de recursos humanos e materiais. O termo
14 terá vigência inicial de um ano, prorrogável por até 60 meses. A Prof.^a
15 Márcia finalizou ressaltando a natureza estratégica, socialmente
16 relevante, juridicamente fundamentada e academicamente oportuna da
17 parceria, que fortalece a interlocução com a sociedade e contribui para
18 a efetivação dos direitos fundamentais. Prof. Miguel ressaltou a
19 complexidade para o cidadão ter acesso a esses medicamentos, com
20 várias etapas difíceis de transpor. Ele enfatizou que o papel do EAAJ é
21 fundamental, visto que a Defensoria Pública não possui a estrutura
22 necessária para este tipo de atendimento. Prof.^a Tânia lembrou que há
23 anos, o Ministério Público e o Judiciário têm demandado a parceria com
24 o EAAJ para lidar com a judicialização da medicação, uma vez que a
25 Defensoria Pública não assumiu essa questão, e o EAAJ se organizou
26 para cumprir esse papel. Colocado em regime de votação, o Termo de
27 Cooperação Técnica a ser firmado entre o Ministério Público do Estado
28 do Paraná e o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos da UEL -
29 EAAJ, que tem como objetivo o atendimento jurídico da população do
30 município de Londrina que necessite do uso de medicamentos não
31 fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi aprovado por
32 unanimidade. **10) Processo - PROPLAN - deliberar acerca da**
33 **proposta de Acordo de Cooperação a ser firmado entre a FAUEL e**
34 **a UEL, que tem por objetivo a execução do Programa de**
35 **Atendimento à Sociedade – PAS, denominado “Análise**
36 **microbiológica, bioquímica e química e físico-química de amostras**
37 **ambientais e de organismos geneticamente modificados e seus**
38 **derivados” (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho).** Relatou o Processo,
39 Luis Fernando Casarim. Ele informou que o processo tramitou pelas
40 instâncias competentes e se encontra apto a ser apreciado pelo
41 Conselho. Colocado em regime de votação, o Acordo de Cooperação
42 a ser firmado entre a FAUEL e a UEL, que tem por objetivo a execução

1 do Programa de Atendimento à Sociedade – PAS, denominado “Análise
2 microbiológica, bioquímica e química e físico-química de amostras
3 ambientais e de organismos geneticamente modificados e seus
4 derivados”, foi aprovado por unanimidade. O Conselho aprovou ainda,
5 a convalidação das atividades e atos praticados no estrito cumprimento
6 do objeto deste Acordo de Cooperação executados desde 19/05/2025.

7 **11) Processo 22.999.428-0 - PROPLAN - deliberar acerca do**
8 **relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu**
9 **em Estatística com Ênfase em Pesquisa Quantitativa - Turma**
10 **2023/1 (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho).** Relatou o Processo, Luis
11 Fernando Casarim. Ele informou que o processo tramitou pelas
12 instâncias competentes e se encontra apto a ser apreciado pelo
13 Conselho. Colocado em regime de votação, o relatório financeiro final
14 do Curso de Especialização Lato Sensu em Estatística com Ênfase em
15 Pesquisa Quantitativa - Turma 2023/1, foi aprovado por unanimidade.

16 **II. INFORMES.** 1) Prof. Alan Felinto relatou sobre um problema de
17 descarte de materiais (inservíveis) no CCE. Ele explicou que os
18 materiais patrimoniados já estavam separados para descarte há cerca
19 de dois meses, mas foram informados de que o espaço seria usado
20 para inovação, diminuindo o local de descarte. Alan questionou sobre
21 um cronograma para a retirada desses materiais, pois o CCE está com
22 coisas acumuladas em locais inadequados. A Reitora reconheceu que
23 esse é um problema de décadas. Ela informou que a universidade
24 conseguiu regularizar a situação para a doação desses inservíveis por
25 meio de editais públicos, após anos de acúmulo. O espaço, agora
26 denominado Reinaldo Ramon, faz parte do parque tecnológico e
27 passará por uma reforma, tornando-se um local de transição para o
28 material que entra e sai, evitando novos acúmulos. A Reitora explicou
29 que haverá um ciclo constante de editais de doação, permitindo que o
30 material seja reaproveitado por outras organizações. Ela mencionou
31 que o Prefeito do Campus, Luiz Claudio Buzeti, está trabalhando no
32 planejamento da retirada dos materiais dos centros. Aurélio Pereira
33 questionou sobre a possibilidade de leiloar esses materiais e a prof^a
34 Tânia Muniz explicou que a tentativa de venda via leilão não se mostrou
35 vantajosa, pois o custo do processo licitatório e do leilão não cobria o
36 valor de arremate. Prof^a Andréia Name perguntou se alguns dos itens
37 poderiam ser doados para atender a necessidades dos próprios alunos
38 em UBS com infraestrutura precária, como por exemplo, falta de
39 cadeiras. A Reitora informou que isso seria possível se os itens fossem
40 solicitados antes de serem catalogados como inservíveis e entrarem
41 nos lotes de doação. 2) A Prof.^a Angela Maria Sousa Lima, Diretora do
42 SEBEC, fez um convite para a quarta edição do "Café Intercultural", que

1 acontecerá no dia 25 de julho no Campus, a partir das 16h, em reflexão
2 ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e
3 o Dia Nacional de Teresa de Benguela. Ela destacou que o evento,
4 organizado pelo NEAB e o projeto "Neab abraça Mulheres que
5 Inspiram", tem sido uma experiência enriquecedora, reunindo pessoas
6 negras e não negras, incluindo muitos técnicos e docentes da
7 universidade. Neste ano, haverá uma homenagem às três filhas
8 Kaingang da assistente social Gilsa Kaingang, que será a primeira
9 doutora em serviço social Kaingang na região Sul do Brasil. A Prof.^a
10 Angela informou ainda, que haverá uma edição extra do evento no
11 HU/CCS no dia 28 de julho, à tarde, para facilitar a participação de
12 estudantes e profissionais que têm dificuldade de se deslocarem até o
13 Campus. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu,
14 Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos
15 Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida e aprovada,
16 será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na
17 reunião.

18
19 Marta Regina Gimenez Favaro
20 Reitora

21
22 Ailton José Petris
23 Vice-Reitor

24
25 Laura Tadei Brandini
26 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

27
28 João Antonio Cyrino Zequi
29 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

30
31 Alex Eduardo Gallo
32 Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

33
34 Alan Salvany Felinto
35 Diretor do Centro de Ciências Exatas

36
37 Miguel Belinati Piccirillo
38 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

39
40 Andréia Name Colado Simão
41 Diretora do Centro de Ciências da Saúde

42
43 Carrie Chueiri Ramos Galvan
44 Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

45
46 Inês Cristina de Batista Fonseca
47 Diretora do Centro de Ciências Agrárias

48

Livro nº 39 - CA

1	Patrícia Mendes Pereira	_____
2	Vice- Diretora do Centro de Ciências Agrárias	
3		
4	José Fernando Mangili Junior	_____
5	Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
6		
7	Luis Alberto Garcia de Freitas	_____
8	Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
9		
10	Aurélio Pereira	_____
11	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
12		
13	Azenil Staviski	_____
14	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
15		
16	Luis Fernando Casarim	_____
17	Representando a Pró-Reitoria de Planejamento	
18		
19	Ana Luisa Boavista Lustosa Cavalcante	_____
20	Representado a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade	
21		
22	Ana Márcia Tucci de Carvalho	_____
23	Pró-Reitora de Graduação	
24		
25	Suzana Mali	_____
26	Representado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	